

Desafios dos bairros informais em Angola desde o fim do colonialismo à atualidade. Análise das políticas de habitação e impactos urbanos em Luanda

Desafíos de los barrios informales en Angola desde el fin del colonialismo hasta hoy. Políticas de vivienda e impactos urbanos en Luanda

E2_02 - De la ciudad informal a la ciudad formal en perspectiva histórica: políticas, arquitectura, urbanismo y ciudadanía en los PALOP, América Latina y la Península Ibérica.

Inês Lima Rodrigues

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'Cet, Portugal
ines.rodrigues@iscte-iul.pt

Maria Alice Correia

Universidade Agostinho Neto - Universidade Lusíada de Luanda - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Angola
aliclarajessi@gmail.com

Hélder da Conceição José

Ministério da Administração do Território da República de Angola
helderjose1965@gmail.com

Resumo: Os musseques de Luanda constituem um elemento estrutural da história urbana da capital angolana e não uma realidade marginal ou transitória. A sua formação e consolidação resultam de processos históricos de longa duração, associados à urbanização colonial, à segregação socioespacial e à aplicação seletiva de modelos modernos de planeamento urbano e arquitetura. Este artigo propõe uma leitura crítica da evolução dos musseques e das políticas habitacionais em Luanda, do período colonial à contemporaneidade, a partir de uma perspetiva da história urbana comparada. A análise demonstra que, durante o período colonial, a introdução do urbanismo moderno e de dispositivos como as Unidades de Vizinhança não conduziu à integração dos musseques, mas antes à reformulação da cidade dual sob novas linguagens arquitetónicas. Após a independência, a autoconstrução afirmou-se como o principal motor da produção urbana, garantindo a reprodução social da cidade num contexto de

guerra, fragilidade institucional e ausência de provisão formal de habitação. Longe de constituir um fenómeno desordenado, este processo baseou-se em práticas incrementais, redes sociais densas e saberes construtivos vernaculares. No período pós-guerra, apesar do aumento do investimento público e da criação de grandes empreendimentos habitacionais, as políticas urbanas mantiveram uma forte dependência de estratégias de demolição de musseques centrais e realojamento periférico. A comparação com experiências latino-americanas, nomeadamente no Brasil e na Colômbia, evidencia que abordagens baseadas na integração progressiva e na urbanização *in situ* tendem a produzir resultados mais inclusivos do que modelos de erradicação. A partir da articulação entre história urbana, arquitetura vernacular e estudos comparados do Sul Global, o artigo defende que os musseques devem ser entendidos como património urbano vivo, dotado de coerência social, morfológica e cultural. Reconhecer a continuidade histórica da casa–quintal e da autoconstrução não implica romantizar a precariedade, mas constitui uma condição fundamental para repensar políticas urbanas mais justas, inclusivas e enraizadas na realidade construída de Luanda.

Palavras-chave: Luanda; musseques; história urbana; informalidade urbana; arquitetura vernacular; Sul Global

Resumen: *Los musseques de Luanda constituyen un elemento estructural de la historia urbana de la capital angoleña y no una realidad marginal o transitoria. Su formación y consolidación son el resultado de procesos históricos de larga duración, asociados a la urbanización colonial, a la segregación socioespacial y a la aplicación selectiva de modelos modernos de planificación urbana y arquitectura. Este artículo propone una lectura crítica de la evolución de los musseques y de las políticas de vivienda en Luanda, desde el período colonial hasta la contemporaneidad, a partir de una perspectiva de historia urbana comparada. El análisis demuestra que, durante el período colonial, la introducción del urbanismo moderno y de dispositivos como las Unidades de Vecindad no condujo a la integración de los musseques, sino a la reformulación de la ciudad dual mediante nuevos lenguajes arquitectónicos. Tras la independencia, la autoconstrucción se afirmó como el principal motor de la producción urbana, garantizando la reproducción social de la ciudad en un contexto de guerra, fragilidad institucional y ausencia de provisión formal de vivienda. Lejos de constituir un fenómeno desordenado, este proceso se basó en prácticas incrementales, redes sociales densas y saberes constructivos vernáculos. En el período posterior a la guerra, a pesar del aumento de la inversión pública y de la creación de grandes conjuntos habitacionales, las políticas urbanas mantuvieron una fuerte dependencia de estrategias de demolición de barrios consolidados y de realojamiento periférico. La comparación con experiencias latinoamericanas, particularmente en Brasil y Colombia, evidencia que los enfoques basados en la integración progresiva y en la urbanización in situ tienden a producir resultados más inclusivos que los modelos de erradicación. A partir de la articulación entre historia urbana, arquitectura vernácula y estudios comparados del Sur Global, el artículo sostiene que los musseques deben entenderse como un patrimonio urbano vivo, dotado de coherencia social, morfológica y cultural, fundamental para repensar políticas urbanas más justas, inclusivas y arraigadas en la realidad construida de Luanda.*

Palabras-clave: Luanda; musseques; historia urbana; informalidad urbana; arquitectura vernácula; Sur Global.

Introdução

Nas últimas décadas, a urbanização acelerada no Sul Global tem sido marcada pela expansão de assentamentos autoproduzidos, que acolhem hoje uma parte significativa da população urbana mundial. Longe de constituírem exceções ou desvios temporários ao modelo urbano dominante, estes territórios revelam-se estruturais na produção das cidades contemporâneas, desafiando paradigmas tradicionais de planeamento, habitação e governança urbana. A informalidade urbana deve, assim, ser entendida como uma forma historicamente situada de produção do espaço urbano, profundamente enraizada em contextos coloniais, de desigualdade social, e urbanização incompleta.

A literatura latino-americana desempenhou um papel central na consolidação de abordagens críticas sobre favelas, bairros populares e assentamentos informais. Desde os trabalhos pioneiros de Turner sobre a autoconstrução, passando pelas análises de Perlman sobre as favelas do Rio de Janeiro, até às experiências de urbanização *in situ* e urbanismo social em cidades como Medellín, a literatura latino-americana evidenciou a complexidade social, morfológica e política destes territórios. Em particular, estes estudos demonstram que políticas baseadas exclusivamente na erradicação e no realojamento periférico tendem a aprofundar desigualdades, enquanto abordagens que partem da cidade existente apresentam maior potencial de inclusão urbana (Turner, 1976; Fernandes, 2007; Perlman, 2010; Brand, Dávila, 2011). No início do século XXI, relatórios internacionais passaram igualmente a reconhecer a centralidade dos assentamentos informais na urbanização global, ainda que frequentemente a partir de abordagens normativas e universalizantes (UN-Habitat, 2003).

É neste debate mais amplo que se inscreve o caso de Luanda. A capital angolana apresenta uma das expressões mais intensas de urbanização informal em África, com a maioria da sua população a residir em musseques, bairros autoproduzidos que se consolidaram ao longo de mais de um século de crescimento urbano desigual. Tal como noutros contextos do Sul Global, os musseques não resultam apenas de um défice recente de políticas públicas, mas de processos históricos profundos associados à urbanização colonial, à segregação socioespacial e à importação seletiva de modelos urbanos exógenos. Apesar disso, o caso angolano permanece relativamente marginal no debate internacional sobre informalidade urbana, sendo frequentemente analisado de forma isolada ou predominantemente técnica.

A história urbana de Luanda evidencia que os musseques são parte constitutiva da cidade desde o período colonial. Inicialmente associados a povoações agrícolas periféricas, estes territórios transformaram-se progressivamente em bairros de residência da população africana trabalhadora, desempenhando um papel central no funcionamento económico da cidade colonial (Amaral, 1968). As políticas urbanas implementadas ao longo do século XX contribuíram para a consolidação desta dualidade, articulando discursos de modernização com práticas de segregação espacial e controlo social. Estudos sobre o urbanismo colonial tardio demonstram que instrumentos como o Fundo dos Bairros Populares de Angola e as Unidades de Vizinhança, integraram o ideário do Movimento Moderno, mas mantiveram uma aplicação seletiva e desigual dos seus pressupostos (Correia, 2018; Milheiro; Rodrigues, 2024; Raposo, 2011).

Após a independência, em 1975, e durante o prolongado período de guerra civil, a autoconstrução afirmou-se como o principal motor da produção urbana em Luanda. Num contexto de fragilidade

institucional e ausência de provisão formal de habitação, os musseques expandiram-se e densificaram-se através de processos incrementais, baseados em redes sociais e saberes construtivos vernaculares (Bettencourt, 2011). Este processo apresenta paralelos claros com dinâmicas observadas em cidades latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, onde a produção popular do habitat foi reconhecida como resposta estrutural às limitações do Estado (Turner, 1976; Fernandes, 2007).

No período pós-guerra civil, iniciado em 2002, Luanda conheceu um crescimento urbano sem precedentes, acompanhado pela formulação de novos instrumentos legais, planos diretores e grandes projetos habitacionais. Apesar do aumento do investimento público, as políticas urbanas recentes mantiveram uma forte dependência de estratégias de demolição de musseques centrais e realojamento periférico, reproduzindo padrões históricos de segregação socioespacial (Braz; Raposo, 2021, p. 46). Em contraste, experiências latino-americanas de integração progressiva oferecem referenciais críticos relevantes para repensar estas abordagens (Perlman, 2010; Brand, Dávila, 2011).

Partindo de uma perspectiva de história urbana comparada, este artigo propõe uma análise crítica da evolução dos musseques e das políticas habitacionais em Luanda, do período colonial à contemporaneidade. O objetivo é evidenciar as continuidades históricas que estruturam a urbanização informal da capital angolana e contribuir para o debate científico sobre cidades do Sul Global, demonstrando que os musseques constituem um património urbano vivo, dotado de coerência social, morfológica e cultural.

1. Origem dos Musseques e Políticas Habitacionais Coloniais. Modernidade, Segregação e Controlo Urbano

A formação e consolidação dos musseques em Luanda resultam de um processo histórico de longa duração, profundamente ligado às lógicas coloniais de ocupação do território, segregação racial e produção desigual da cidade. Desde o século XIX, estes territórios emergiram como povoações agrícolas periféricas que, progressivamente, foram sendo absorvidas pela expansão urbana, transformando-se em áreas de residência da população africana que assegurava a mão de obra indispensável ao funcionamento económico da cidade colonial (Amaral, 1968). Os musseques não constituem, assim, uma urbanização espontânea ou desregulada, mas o resultado direto de políticas e práticas que produziram uma cidade estruturalmente dual.

Ao longo da primeira metade do século XX, o crescimento de Luanda intensificou-se com o investimento colonial em infraestruturas, equipamentos e atividades industriais, reforçando a separação entre a cidade formal, dotada de serviços e infraestruturas, e as áreas periféricas ocupadas maioritariamente pelas classes trabalhadoras africanas, marcadas por carências estruturais. As áreas residenciais eram organizadas segundo hierarquias socioeconómicas e raciais, reservando-se os espaços centrais e infraestruturados à maioria da população europeia, enquanto os musseques se expandiam nas franjas urbanas, em terrenos pouco valorizados e sem reconhecimento formal.

A partir da década de 1940, e de forma mais sistemática nos anos 1950 e 1960, o Estado colonial procurou intervir sobre os musseques através de programas de habitação e de modelos

urbanísticos inspirados no ideário do Movimento Moderno. Iniciativas como a *Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola* (CAFBPA) destinado às classes mais desfavorecidas, e a introdução das Unidades de Vizinhança para alojar principalmente a classe média europeia, foram apresentadas como respostas técnicas e modernizadoras ao crescimento urbano informal. No entanto, estas intervenções devem ser compreendidas como parte de uma estratégia mais ampla de ordenamento e controlo social da população africana, num contexto marcado pelo agravamento das tensões coloniais e pelo início da guerra colonial (1961-1974).

Merece destaque a obra do arquiteto e urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho, grande defensor da arquitetura moderna em betão aparente, que, na década de 1960, integrando princípios da arquitetura tropical moderna, construiu diversos edifícios para a população africana, como as casas rurais na Quilunda (Junta Provincial de Povoamento de Angola), equipamentos integrados no musseque, entre os quais: a capela e o Complexo de Assistência Cazenga, que integra um centro social, um centro de saúde, uma creche e um jardim de infância (1962-65).

As Unidades de Vizinhança, promovidas pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda chefiado por Simões de Carvalho, assumiram um papel central enquanto instrumento urbanístico e político. O plano urbano previa um centro cívico central e, nas zonas de expansão, a implantação de unidades de vizinhança e de realojamento, articuladas com áreas industriais (Figura 1). Longe de constituírem um modelo neutro de organização do espaço, estas unidades funcionaram como tecnologias de controlo territorial, procurando enquadrar o crescimento dos musseques sem os integrar plenamente. Como demonstram Milheiro e Rodrigues (2024), a sua introdução coincidiu com o reconhecimento tácito, por parte do Estado colonial, da impossibilidade de erradicar os musseques, optando-se antes por estratégias de contenção, fragmentação e disciplinamento do tecido autoproduzido.

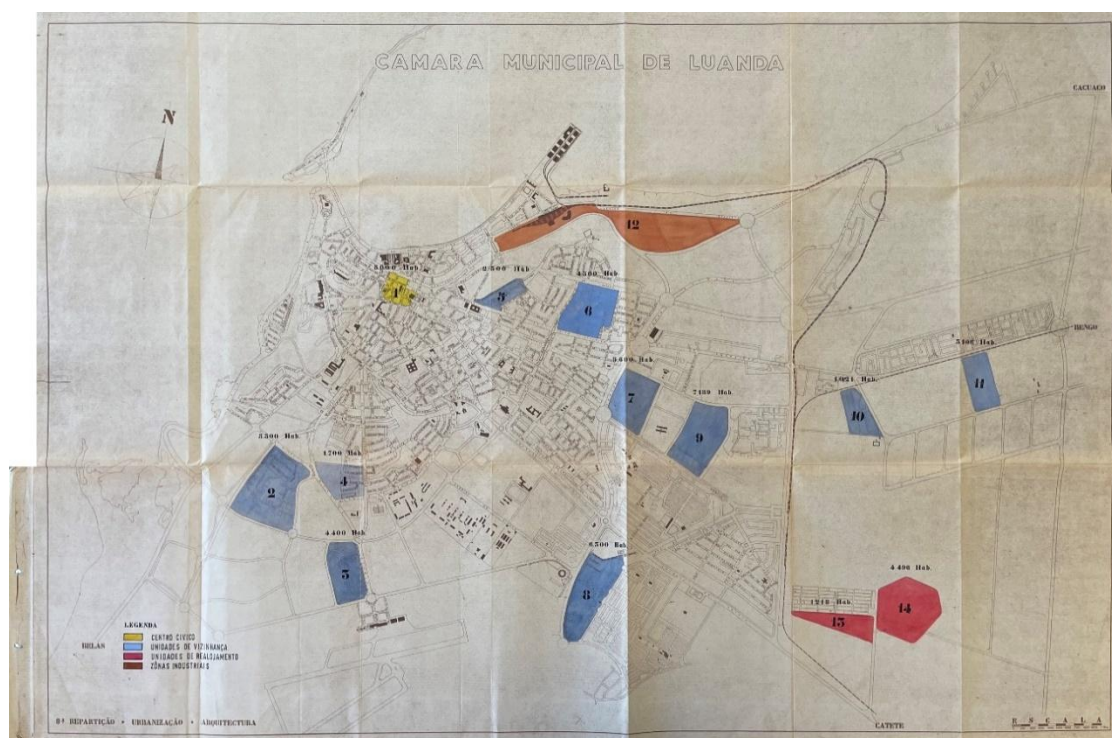


Figura 01: Planta da localização das Unidades de Vizinhança propostas em Luanda (década de 1960).
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, IPAD 17746.

O caso da Unidade de Vizinhança n.º 1, no Prenda, ilustra de forma clara esta lógica. Implantada no interior de um musseque densamente habitado, esta intervenção não visou a substituição integral do tecido existente, mas a sua reorganização e neutralização enquanto estrutura urbana autónoma. A coexistência entre a arquitetura moderna erudita das torres habitacionais e o tecido autoproduzido envolvente evidencia a relação desigual entre modernidade arquitetónica e cidade popular, Milheiro e Matos Silva demonstram que esta coexistência prolongada entre a arquitetura moderna erudita e a arquitetura autoproduzida do musseque não resultou numa substituição linear, mas numa relação complexa de contacto, apropriação e adaptação mútua, como trajetórias paralelas ou *compagnons de route* (Milheiro; Matos Silva, 2024, p. 495). A arquitetura moderna e a vernacular desenvolveram-se lado a lado, ainda que com estatutos simbólicos e políticos profundamente desiguais. A modernidade das torres de habitação da Unidade de Vizinhança nº1, contrastam com precariedade do bairro informal na sua envolvente são um exemplo desta realidade (Figura 2).

A leitura crítica do urbanismo moderno em Luanda revela que a aplicação dos princípios do Movimento Moderno foi profundamente condicionada pelas hierarquias raciais e sociais do regime colonial. Correia demonstra que a modernidade arquitetónica foi aplicada de forma seletiva, reforçando a separação entre os espaços destinados à população europeia e aqueles reservados à população africana, ao invés de promover uma integração urbana efetiva (Correia, 2018). Embora os discursos modernizadores proclamassem ideais de progresso e melhoria das condições de vida, a sua materialização territorial contribuiu para a reprodução das desigualdades estruturais da cidade colonial.



Figura 02: Unidade de Vizinhança nº1 e musseque no Prenda. Coexistência entre arquitetura moderna erudita e tecido autoproduzido. Fonte: Real, 2010, p.27.

Na década de 1970, os musseques cobriam já cerca de 1.500 hectares, organizados em vinte zonas bem definidas, albergando aproximadamente 300.000 habitantes, o que correspondia a cerca de 34% da população de Luanda em 1974 (Troufa Real, 2011, p. 45). Cresciam a um ritmo muito superior ao da cidade formal, evidenciando a sua centralidade demográfica e territorial, apesar da sua sistemática exclusão dos instrumentos de planeamento urbano e das políticas públicas. Atualmente, estes territórios ocupam cerca de 80% da área urbanizada de Luanda, configurando o principal desafio da urbanização contemporânea da capital (Mingas, 2024, p. 3) (Figura 3).



Figura 03: Os musseques de Luanda no período colonial e na atualidade. Bairro Rangel. Fonte: Amaral, 1968, Google Earth, 2025.

Ilídio do Amaral (1973) aprofunda esta leitura ao analisar os musseques como expressão das contradições do crescimento urbano colonial, caracterizado por um crescimento explosivo e por profundas assimetrias socioespaciais, nas quais os musseques surgem como uma auréola urbana em permanente expansão em torno da cidade formal. A ausência de políticas eficazes de planeamento e a aplicação de modelos urbanos desajustados contribuíram para a intensificação dos problemas habitacionais e para a consolidação de uma cidade estruturalmente dual (Figura 4).

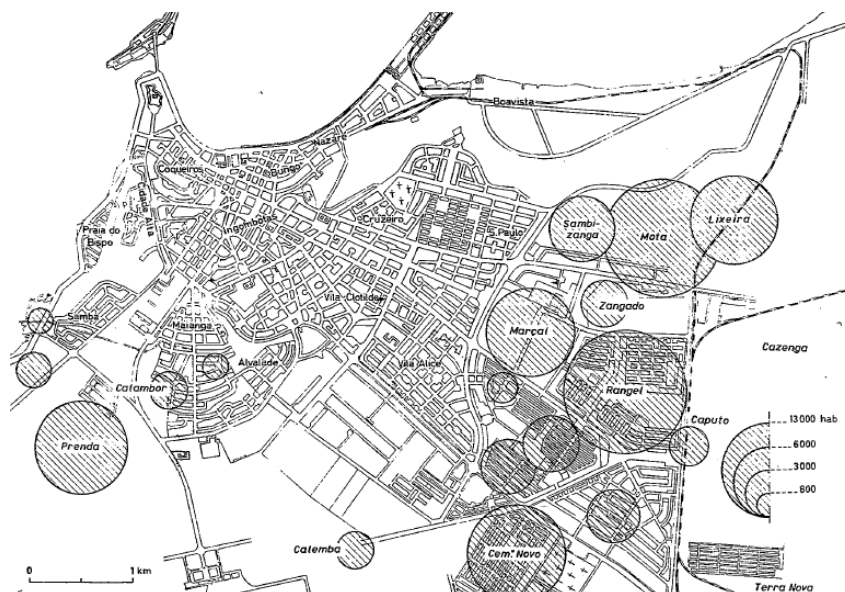


Figura 04: Distribuição da população dos musseques em Luanda em 1964. Fonte: Amaral, 1973, p. 67.

Apesar das leituras oficiais que classificavam os musseques como espaços desordenados ou caóticos, a análise morfológica e social revela a existência de uma organização interna consistente. A estrutura das ruas, becos e praças, a relação entre habitação e espaço público e a proximidade entre funções domésticas e produtivas evidenciam formas próprias de urbanidade (Real, 2010, p. 52). Tanto a estrutura urbana como as habitações preservam elementos da construção doméstica tradicional, adaptados às condições económicas e ambientais locais. As ruas e os espaços de encontro resultam de adaptações racionais às necessidades da comunidade e à articulação com a cidade formal e os locais de trabalho (Figura 5).

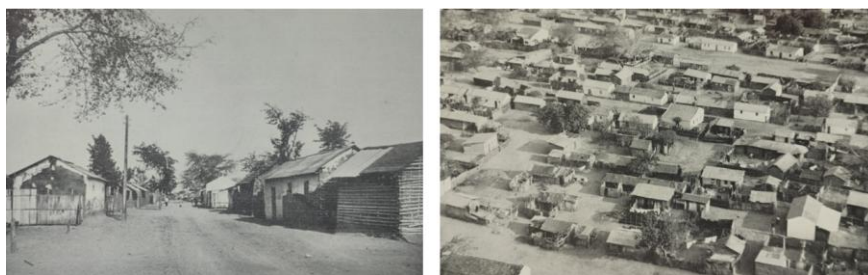


Figura 05: Habitação e espaço público nos musseques. Pormenores de casas e ruas evidenciam a organização espacial e a vida quotidiana nos musseques. Fonte: Amaral, 1968, p. 85, 118.

A unidade habitacional dominante é a casa térrea associada a um quintal, elemento central da vida doméstica e social. O quintal desempenha funções produtivas, sociais e simbólicas, acolhendo atividades quotidianas, convívio familiar e pequenos trabalhos. Esta diversidade evidencia que os musseques não constituem um tecido homogêneo, mas um território socialmente diferenciado e em permanente transformação. As técnicas construtivas variavam em função dos recursos económicos das famílias, desde soluções mais precárias, como paredes em pau-a-pique e pavimentos em terra batida, até habitações com paredes de madeira, alvenaria, coberturas metálicas e pavimentos em cimento, utilizadas por famílias com maior capacidade económica (Figura 6).

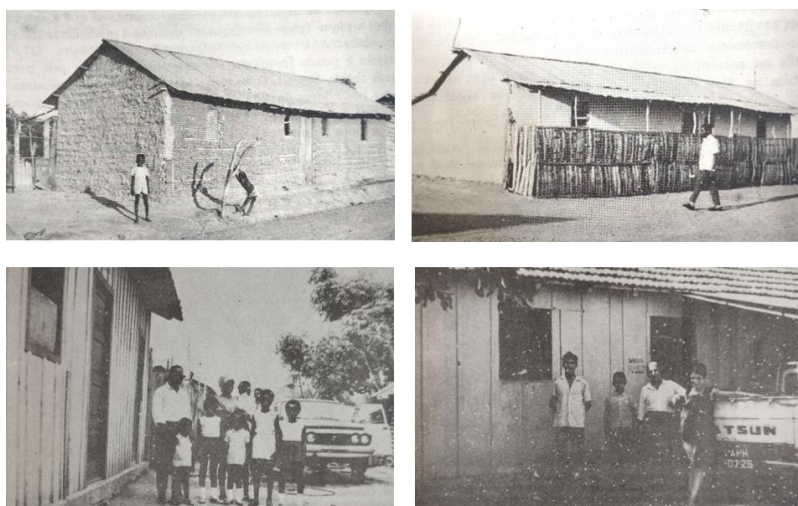


Figura 06: Habitação predominante: paredes de pau-a-pique, cobertura de zinco. Quintal no alçado posterior; variante com paredes pau-a-pique, rebocadas de areia e cimento. A varanda à frente é sinal de requinte. Diferentes famílias de moradores. Fonte: Monteiro, 1973, 258, 279).

Apesar dos inconvenientes que apresenta (muito quente na época de calor e ruidoso quando chove), o zinco generalizou-se rapidamente por ser um material económico e acessível; em 1973, quase 85% das “casas” dos *musseques* possuíam cobertura em zinco (Monteiro, 1973, 254). A cobertura de capim ainda frequente entre os pescadores da Ilha do Cabo e da Samba Grande, também começaram a ser substituídas por coberturas em zinco com se vê no levantamento realizado por Fernão Simões de Carvalho no âmbito da sua tese de urbanismo apresentada no prestigioso *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (1965)¹ (Figura 7).

¹ Fernão Simões de Carvalho, *Contribution à l'étude du renouvellement des groupes d'habitations des pêcheurs de l'Île de Luanda-Angola*. Orientada pelo sociólogo francês Jean Margot-Duclot. Paris, IUUP, December 15, 1965.



Figura 07: Bairro dos Pescadores, Ilha de Luanda. Habitação, tipos, materiais e modos de construir. Fonte: Fernão Simões de Carvalho, arquivo pessoal.

A coexistência prolongada entre a arquitetura moderna erudita e a arquitetura vernacular dos musseques não resultou numa substituição linear, mas numa relação complexa de contacto, apropriação e adaptação mútua. Tal como observado em diversos contextos latino-americanos, onde projetos modernizadores estatais coexistiram durante décadas com bairros populares e favelas, em Luanda a modernidade urbana não eliminou a informalidade, mas passou a conviver com ela de forma estrutural e duradoura. A informalidade não emerge, assim, como exterior ao projeto moderno da cidade, mas como parte integrante das suas contradições históricas. Importa, por fim, sublinhar que a historiografia da arquitetura e do urbanismo em Angola contribuiu durante muito tempo para a invisibilização destes territórios, privilegiando edifícios e planos emblemáticos em detrimento das formas urbanas produzidas no quotidiano. Recuperar a história dos musseques implica alargar o campo da história urbana e reconhecer estes territórios como parte constitutiva, e não residual, da modernidade urbana de Luanda (Raposo, 2011).

2. Independência, Autoconstrução e a Cidade Pós-Colonial (1975–2002)

A independência de Angola, proclamada em 1975, marcou uma rutura política profunda, mas não significou uma transformação imediata das estruturas urbanas herdadas do período colonial. Em Luanda, a saída massiva da população portuguesa, a nacionalização de imóveis e o início de um prolongado conflito armado criaram uma situação urbana altamente instável, caracterizada por um rápido crescimento populacional e por uma pressão intensa sobre o território urbano. A capital tornou-se o principal polo de refúgio do país, acolhendo populações deslocadas provenientes das zonas rurais e de outras cidades, o que acelerou significativamente a expansão dos musseques. Durante este período, a provisão formal de habitação revelou-se manifestamente insuficiente para responder às necessidades da população urbana em rápido crescimento. Um dos desafios iniciais do Estado Angolano foi dado ao plano habitacional e à necessidade urgente em reorganizar e governar a proliferação de aglomerados informais a nível político, social, económico e físico. A autoconstrução afirmou-se, como o principal mecanismo de produção do espaço urbano em Luanda, dando continuidade, e ampliando, práticas já existentes durante o período colonial. Como sublinha Bettencourt, a informalidade urbana no contexto pós-colonial angolano não resulta de um vazio institucional momentâneo, mas de uma incapacidade estrutural do Estado em acompanhar a escala e a velocidade do crescimento urbano (Bettencourt, 2011, p. 84).

A literatura internacional oferece um enquadramento comparativo fundamental para compreender este processo. Desde a década de 1970, John Turner defendeu que a habitação autoproduzida, quando apoiada por condições mínimas de segurança da posse e acesso a infraestruturas, pode constituir uma resposta mais adequada do que modelos habitacionais padronizados impostos de

forma exógena (Turner, 1976). Em diversos contextos latino-americanos, a autoconstrução foi reconhecida como uma solução racional e progressiva face à escassez de recursos, permitindo às famílias adaptar o habitat às suas necessidades sociais, económicas e culturais ao longo do tempo.

Em Luanda, a intensidade da autoconstrução foi amplificada pelo prolongamento da guerra civil (1975–2002). Bairros como Golfe, Rangel, Prenda, Marçal, Caputo, Cazenga e Palanca expandiram-se rapidamente nas zonas periféricas de crescimento urbano, através de processos incrementais de ocupação do solo e construção progressiva, assentes em redes de parentesco, vizinhança e solidariedade comunitária. Apenas após a independência os musseques passaram a ser formalmente considerados no âmbito da administração urbana, tendo sido realizados, nos primeiros anos do novo governo, estudos e inventários com vista à sua reordenação e parcelamento (Raposo, 2022, p. 183).

Para tal, foi criado o precursor Gabinete de Habitação de Angola com o objetivo de definir e implementar estratégias para dialogar com os problemas sociais, económicos e físicos mais urgentes dos musseques. Foram criados departamentos logísticos, realizados inquéritos à população, criadas equipas de investigação de modo a executar as soluções imediatas, mas também como objetivo de criar uma base para projetos futuros na reorganização do país depois da independência (Real, 2010, p. 63). As estratégias de implantação foram definidas em 5 planos de ação, com os objetivos definidos para cada faseamento de uma forma integral e progressiva nas várias zonas identificadas com os maiores e mais problemáticos assentamentos informais.

A experiência conduzida por José Troufa Real no Bairro Golfe constitui um exemplo paradigmático desta abordagem. Iniciada em 1974, a intervenção visou a melhoria rápida das condições de vida através do acesso à água potável, saneamento básico, eletricidade, transporte público e equipamentos coletivos, como escolas e mercados, para uma população estimada em cerca de 20.000 habitantes (Real, 2010, p. 61). Um dos princípios centrais desta intervenção foi a participação ativa da população do musseque em todas as fases do processo, incluindo os estudos técnicos. Segundo Troufa Real, esta metodologia permitiu ganhos significativos na redução do tempo de construção e no fortalecimento da cooperação entre técnicos e comunidade (Real, 2010, p. 65) (Figura 8).



Figura 08: *Estudo dos Musseques de Luanda, Angola 1973.* Fonte: Troufa Real, 2010, p. 50.

Apesar da adoção de um discurso político centrado na justiça social e na reconstrução nacional, as políticas urbanas implementadas durante este período foram severamente condicionadas pelo contexto de guerra civil. A prioridade atribuída à estabilização política e militar, aliada à escassez de recursos técnicos e financeiros e à forte centralização administrativa, limitou a capacidade de intervenção do Estado no domínio da habitação. A criação do Instituto Nacional de Habitação, em 1977, e a formulação de programas de inspiração socialista revelaram a intenção de intervir no setor habitacional, mas tiveram um impacto reduzido face à escala da produção urbana autoproduzida. Como demonstram Braz e Raposo, a produção formal de habitação permaneceu residual, não conseguindo alterar de forma significativa o padrão de crescimento dos musseques (Braz; Raposo, 2021). Ainda assim foram realizados diversos projetos autoconstrução sem assistência, habitação construída pelos próprios proprietários nos arredores de Luanda (Figura 9).



Figura 09: Autoconstrução sem assistência, habitação construída pelos próprios proprietários nos arredores de Luanda. Fonte: Allan Cain, 2013, p. 25.

Tal como observado em várias cidades latino-americanas durante períodos de instabilidade política e económica, a informalidade urbana em Luanda não correspondeu a uma ausência de ordem, mas à emergência de uma ordem alternativa, construída a partir de lógicas próprias de ocupação do solo, produção habitacional e organização social. No entanto, ao contrário de alguns contextos latino-americanos onde estas práticas vieram a ser progressivamente reconhecidas e integradas nas políticas públicas, em Luanda a autoconstrução permaneceu durante décadas amplamente desprovida de reconhecimento institucional.

A investigação desenvolvida por Allan Cain, diretor da organização Development Workshop Angola desde os anos 1980, contribuiu de forma decisiva para revelar esta realidade. Estudos urbanos, inquéritos à população e trabalhos de campo demonstraram que os musseques funcionam como sistemas urbanos complexos, dotados de economias locais, estruturas sociais consolidadas e formas específicas de governança informal. Já no início dos anos 2000, análises institucionais reconheciam que a problemática da habitação em Luanda não poderia ser resolvida exclusivamente através da produção formal de novas unidades, sublinhando a necessidade de intervir nos musseques existentes através de processos de requalificação urbana e de autoconstrução dirigida (Gameiro, 2013).

A cidade que emerge deste período não é, portanto, uma cidade em transição linear para a formalidade, mas uma cidade híbrida, onde práticas coloniais, socialistas e vernaculares se sobrepõem. A informalidade urbana assume, paradoxalmente, um papel de estabilidade num

contexto de instabilidade prolongada, criando as condições para uma leitura crítica das políticas habitacionais que viriam a ser implementadas no período pós-guerra.

3. Políticas Habitacionais no Pós-Guerra (2002-Presente). Entre a tábula rasa e a integração urbana

O fim da guerra civil, em 2002, marcou o início de uma nova fase no desenvolvimento urbano de Luanda, caracterizada pela estabilização política, pelo aumento do investimento público e pela reativação dos instrumentos de planeamento urbano. A paz permitiu ao Estado angolano formular estratégias mais ambiciosas para enfrentar o défice habitacional acumulado ao longo de décadas de conflito. Contudo, este período tem sido igualmente marcado por um crescimento urbano extremamente acelerado, que aprofundou tensões históricas entre a cidade formal planeada e a cidade autoproduzida. Angola tornou-se um dos países mais urbanizados de África, com cerca de 62% da população a viver em cidades (UN-Habitat, 2014). Esta situação é particularmente expressiva em Luanda, cuja população atual é estimada em cerca de nove milhões de habitantes², com a maioria da população a viver em musseques, que ocupam aproximadamente 80% do território urbanizado (PDGML, 2015, p. 68), ou seja, mais de 7 milhões de cidadãos vivem em assentamentos informais na capital angolana. Estudos recentes com trabalho de campo aplicado, aprofundam a observação e análise das diferentes formas de ocupação e uso do solo em tecidos urbanos informais ou autoproduzidos nos arredores de Luanda, e sua relação com o centro urbano consolidado da capital angolana permitem mapear os bairros mais problemáticos e as suas características (Daio, 2020) (Figura 10).



Figura 10: Bairro Iraque, Luanda. Fonte: Ilídio Daio, 2020.

O crescimento económico registado no pós-guerra atraiu financiamento internacional, incluindo empréstimos de países ocidentais e de novas potências emergentes, como a China, frequentemente associados a modelos de cooperação com reduzidas condicionalidades. Neste contexto, a reconstrução urbana e a provisão de habitação assumiram um lugar central na agenda política.

² A capital angolana (Luanda) continua a ser a província mais populosa do país, com 24,1% (8 816 297 habitantes), segundo os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2024, divulgados esta quinta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Como sublinha Cain, a paz gerou uma forte procura pública por renovação urbana, serviços básicos e habitação, mas também expôs as fragilidades institucionais herdadas do período de guerra (Cain, 2020, p. 184). A aprovação da Lei de Bases do Fomento Habitacional (Lei n.º 03/07) constituiu um marco relevante ao reconhecer formalmente a habitação como um direito e ao prever instrumentos como a autoconstrução dirigida, a promoção da habitação social e o acesso progressivo à terra urbanizada (Cain, 2020, p. 184). Em 2008, o primeiro Programa Nacional de Urbanização e Habitação (PNUH) procurou operacionalizar estes princípios, estabelecendo metas ambiciosas para a produção habitacional e a requalificação urbana. Apesar destes avanços normativos, a implementação prática das políticas revelou limitações estruturais, nomeadamente a centralização dos processos decisórios, a fraca articulação institucional e a reduzida participação das comunidades na conceção e execução dos projetos.

A estratégia dominante no pós-guerra assentou na criação de novas centralidades urbanas e na construção de grandes empreendimentos habitacionais periféricos, como Kilamba, Zango, Sequele ou Vila Pacífica. Estes projetos permitiram o acesso à habitação para determinados segmentos da população, mas revelaram-se inicialmente pouco eficazes enquanto resposta estrutural à urbanização informal. O caso do Kilamba é paradigmático: concluído em 2012, o empreendimento foi concebido para acolher cerca de 160.000 habitantes em 20.000 apartamentos, com áreas e valores incompatíveis com o poder de compra da maioria da população urbana (Figura 11). Nos primeiros anos após a sua conclusão, uma parte significativa das habitações permaneceu desocupada, levando à sua classificação como “cidade-fantasma” no debate internacional (Cain, 2014, p. 563).³



Figura 11: Kilamba. Projeto habitacional de enormes dimensões, realizado pela China em Luanda. Fonte: Raposo, 2011.

A localização periférica destes empreendimentos, a fraca integração com o tecido urbano existente e a limitada acessibilidade a emprego e serviços contribuíram para a reprodução de padrões de segregação socioespacial, já observados no período colonial (Braz; Raposo, 2021). Ainda assim, a experiência recente revela que, ao longo do tempo, estes bairros tendem a ser

³ Em 2014 a maioria dos angolanos pobres vivia com o equivalente a menos de 2 dólares por dia, mas o preço original de venda de uma unidade de um apartamento no Kilamba era inacessível até para altos funcionários públicos. O Estado foi, por isso, obrigado a intervir para salvar o prestigiado projeto. Um programa de leasing com opção de compra fortemente subsidiado foi introduzido, oferecendo três por cento em hipotecas, e o custo das unidades mais baratas foi reduzido de US\$ 120.000 para 84.200 dólares, o que tornou a propriedade de apartamentos acessível aos funcionários públicos de nível médio. Allan Cain, 2014, p. 565.

progressivamente apropriados pelos seus habitantes. As práticas quotidianas de uso do espaço, a ocupação das fachadas, a ativação dos espaços coletivos e a emergência de economias locais, demonstram a capacidade da sociedade angolana para reconfigurar e humanizar arquiteturas inicialmente concebidas de forma abstrata e funcionalista (Figura 12).



Figura 12: Kilamba. Edifícios e espaços coletivos. Fonte: Maria Alice Correia (Estudos com alunos do 3º ano do curso de História da Arquitetura das Cidades II, UAN), 2025.

Paralelamente à produção formal de habitação, os musseques continuaram a expandir-se e a densificar-se, consolidando-se como a principal forma de urbanização da capital. O PNUH incluiu disposições orientadas para a requalificação urbana de assentamentos informais, prevendo a regularização fundiária, a melhoria das infraestruturas e a redução das densidades habitacionais (GoA, 2016a, p. 49). No entanto, na prática, muitas destas intervenções mantiveram uma forte dependência de soluções convencionais, baseadas na demolição do tecido existente e no realojamento das populações.

Estas estratégias, confirmadas por diversos países que optaram por esse processo com Portugal, o Brasil, África do Sul, países com quem Angola tem bom relacionamento e que ao longo do tempo tiveram alguma influência no processo de desenvolvimento de Angola (Correia, 2018, p. 424). Como observa Cain, estratégias de requalificação bem-sucedidas noutros contextos, como Singapura ou São Paulo, assentaram na remoção temporária das populações para locais próximos, seguida da reconstrução faseada e da densificação controlada, permitindo a autofinanciamento dos projetos através da valorização fundiária (Cain, 2020, p. 196). Em Luanda, contudo, a aplicação destes modelos revelou-se limitada, tanto pela escala dos musseques como pela dificuldade em articular estas operações com as práticas sociais e económicas existentes. O próprio autor sublinha a necessidade de explorar formas mais eficazes de apoio estatal à produção social da habitação, de modo a evitar que os pobres urbanos sejam sistematicamente excluídos dos benefícios da urbanização formal (Cain, 2020, p. 204).

Em contraste, muitas das políticas recentes em Luanda continuam a privilegiar modelos de substituição do tecido existente, reproduzindo padrões históricos de segregação. Documentos de organismos internacionais caracterizam a cidade como um caso paradigmático de intervenção urbana, frequentemente a partir de leituras tecnocráticas e setoriais da informalidade (UN-Habitat, 2010). O Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda, apesar de reconhecer a diversidade

interna dos musseques, mantém uma forte dependência de estratégias de demolição dos musseques e realojamento, prevendo elevados níveis de deslocação populacional (Amado, 2015).

Em 2010, a criação do Gabinete Especial de Reconversão Urbana do Município do Cazenga e dos Distritos de Sambizanga e Rangel (GTRUCS), através do Decreto Presidencial n.º 266/10, sinalizou a intenção de implementar projetos-piloto de requalificação dos musseques centrais. O GTRUCS previa a construção de 250 mil fogos designados como habitação social (2015-2025) com o do Estado Angolano de minimizar o problema de habitação em Angola e de ajudar no combate à especulação imobiliária (Correia, 2018, 423) (Figura 13). Apesar do reconhecimento formal da diversidade interna destes territórios, as intervenções continuaram a privilegiar abordagens de tábula rasa, com elevados níveis de deslocação populacional.

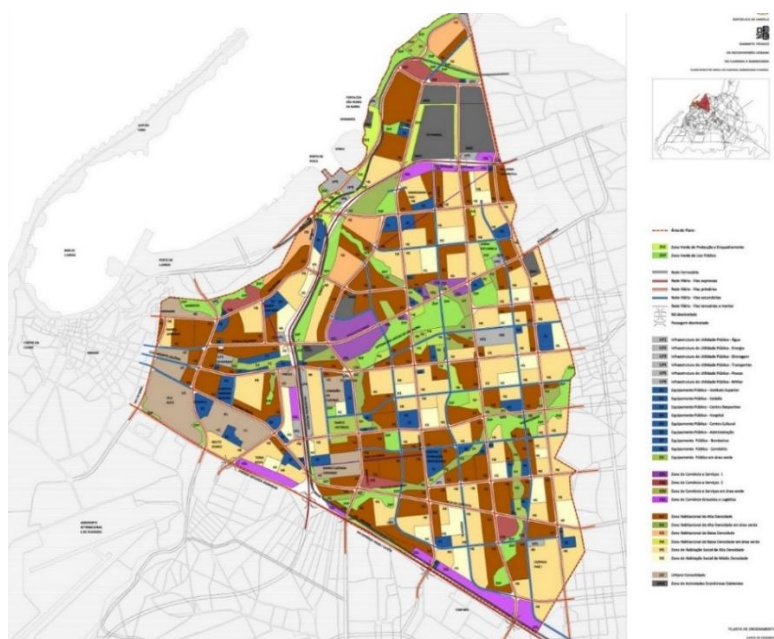


Figura 13: Plano Diretor dos Distritos de Cazenga, Sambizanga e Rangel. Caracterização das atividades económicas. Fonte: GTRUCS.

A comparação com experiências latino-americanas revela contrastes significativos. No Brasil, programas como o Favela-Bairro, implementado no Rio de Janeiro a partir da década de 1990, apostaram na integração progressiva dos assentamentos informais através da melhoria incremental das infraestruturas e do espaço público, reconhecendo a permanência das populações como condição central para o sucesso das intervenções (Perlman, 2010; Fernandes, 2007). De forma semelhante, na Colômbia, as experiências de urbanismo social em Medellín demonstraram o potencial de estratégias baseadas na integração territorial e na valorização do espaço público (Brand; Dávila, 2011). A análise comparada permite, assim, questionar criticamente a eficácia das políticas habitacionais adotadas em Luanda no período pós-guerra. Tal como demonstrado em diversos contextos do Sul Global, estratégias baseadas na integração progressiva e na urbanização in situ tendem a produzir resultados mais sustentáveis do que modelos de erradicação. O desafio central reside na adaptação destas abordagens às especificidades históricas, sociais e territoriais de Luanda, reconhecendo os musseques como territórios urbanos legítimos e como ponto de partida para políticas de melhoria incremental.

4. Arquitetura Vernacular, Elementos Modernos e Alternativas ao Modelo Formal

A investigação de José Redinha sobre a habitação tradicional angolana demonstra que a evolução da casa resulta de forma gradual, através da adaptação progressiva de formas, materiais e funções às condições ambientais e sociais (Redinha, 1973). Para o autor, a casa deve ser compreendida como parte de um sistema doméstico alargado, no qual se articulam dependências, anexos e espaços exteriores. Esta perspetiva revela-se particularmente relevante para a leitura dos musseques de Luanda, onde o conjunto casa–quintal assume um papel central na organização da vida quotidiana. Redinha identifica explicitamente o musseque luandense como expressão culminante de um processo de urbanização da habitação tradicional, caracterizado pela consolidação da casa independente associada a um quintal vedado (Redinha, 1973).

Neste contexto, o quintal não constitui um espaço residual, mas um elemento funcional indispensável, onde se concentram atividades domésticas, produtivas e sociais. A persistência deste modelo nos musseques contemporâneos deve ser compreendida como continuidade cultural e não como resistência irracional à modernidade. A arquitetura do musseque revela, assim, uma elevada capacidade de adaptação, integrando progressivamente novos materiais e técnicas, como blocos de cimento, chapas metálicas ou elementos pré-fabricados, sem romper com a lógica espacial vernacular.

Análises recentes demonstram que estes processos incrementais produzem tecidos urbanos dotados de coerência morfológica e funcional, contrariando leituras que classificam os musseques como espaços caóticos ou desprovidos de racionalidade (Mingas, 2024, p. 74). A diversidade tipológica e construtiva observada nos musseques reflete a diferenciação social interna destes territórios e a sua capacidade de transformação ao longo do tempo, em função das trajetórias familiares e das condições económicas. A coexistência prolongada entre a arquitetura vernacular dos musseques e a arquitetura moderna erudita, particularmente durante o período colonial tardio, deu origem a processos de contacto, apropriação e hibridação formal. Como demonstra Raposo, a arquitetura popular dos musseques incorporou de forma seletiva elementos do léxico moderno tropical, como grelhas de ventilação, palas, *brise-soleil* ou soluções de sombreamento, amplamente difundidos na arquitetura colonial erudita (Raposo, 2011, p. 189). Reinterpretados no contexto da autoconstrução, estes elementos adquiriram uma forte dimensão simbólica, associada à urbanidade e à “cidadinidade” dos seus habitantes (Figura 14).



Figura 14: Sinais de modernidade na arquitetura popular de Luanda. Reapropriação de elementos do léxico moderno tropical na arquitetura vernacular dos musseques. Fonte: Raposo, 2011, p. 191.

Esta leitura converge com a noção de urbanidade dos bairros desenvolvida por Raposo, que sublinha a importância de reconhecer os territórios autoproduzidos como espaços de produção de cidade, dotados de práticas sociais, estratégias habitacionais e formas de sociabilidade próprias (Raposo, 2007). A casa do musseque não se limita à função de abrigo, constituindo simultaneamente espaço de trabalho, de convivência e de reprodução económica, numa lógica que dialoga com abordagens internacionais sobre habitação autoproduzida (Turner, 1976).

Neste quadro, a persistente aposta em modelos habitacionais formais, baseados na habitação em altura e na supressão do quintal, revela-se frequentemente incompatível com as práticas espaciais observadas nos musseques. José Redinha alertava, de forma pioneira, para o facto de a casa isolada do exterior não corresponder, em muitos contextos, à conceção ideal de habitação no universo cultural angolano, sendo frequentemente percecionada como psicologicamente desfavorável (Redinha, 1973, p. 42).

A leitura histórica da arquitetura vernacular permite, assim, questionar criticamente a adequação dos modelos importados às realidades locais. A arquitetura dos musseques deve ser entendida como património urbano vivo, resultante da sobreposição de práticas tradicionais, adaptações modernas e constrangimentos urbanos. Reconhecer esta arquitetura implica deslocar o debate da erradicação para a valorização e melhoria incremental, integrando saberes vernaculares, instrumentos técnicos contemporâneos e políticas públicas inclusivas.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que os musseques de Luanda não constituem uma realidade marginal ou transitória, mas um elemento estrutural da história urbana da capital angolana. A sua formação e consolidação resultam de processos históricos de longa duração, associados à urbanização colonial, à segregação socio espacial e à aplicação seletiva de modelos modernos de planeamento urbano e arquitetura. Longe de resolverem a cidade dual, estas políticas contribuíram para a sua reprodução e reformulação ao longo do tempo.

A evidência que a introdução do urbanismo moderno e de dispositivos como as Unidades de Vizinhança funcionou como uma tecnologia política, articulando discursos de progresso com práticas de controlo social e territorial. Como demonstram Amaral, Correia, Raposo, Milheiro e Rodrigues, Milheiro e Matos Silva, a modernidade arquitetónica em Luanda coexistiu de forma prolongada com a cidade autoproduzida, dando origem a trajetórias paralelas nas quais arquiteturas modernas e vernaculares se influenciaram mutuamente, ainda que com estatutos simbólicos e políticos profundamente desiguais. A informalidade urbana não emerge, assim, como um desvio ao projeto moderno da cidade, mas como parte integrante das suas contradições históricas.

No período pós-independência, a autoconstrução afirmou-se como o principal motor da produção urbana, assegurando a reprodução social da cidade num contexto de guerra, fragilidade institucional e ausência de provisão formal de habitação. As políticas habitacionais implementadas no pós-guerra, apesar do aumento do investimento público e da criação de novos instrumentos legais, mantiveram uma forte dependência de estratégias de tábula rasa, assentes na demolição de musseques centrais e no realojamento periférico. Estas abordagens tendem a

fragilizar redes sociais consolidadas e a reproduzir padrões históricos de segregação socioespacial.

A comparação com experiências latino-americanas, nomeadamente no Brasil e na Colômbia, evidencia que estratégias baseadas na integração progressiva e na urbanização *in situ*, apesar das suas limitações, tendem a produzir resultados mais inclusivos e sustentáveis do que modelos de erradicação. Estes casos não constituem soluções transferíveis de forma direta para o contexto angolano, mas referenciais críticos que permitem questionar os pressupostos subjacentes às políticas adotadas em Luanda e abrir espaço a alternativas enraizadas na cidade existente. Há que realçar que os últimos planos diretores para a capital angolana, integram cada vez mais a importância da sustentabilidade dos musseques, tentando ir ao encontro das necessidades reais da população.

O contributo central deste artigo reside na articulação entre história urbana, arquitetura vernacular e estudos comparados do Sul Global, defendendo os musseques como património urbano vivo, dotado de coerência social, morfológica e cultural. Reconhecer a legitimidade das práticas vernaculares e da autoconstrução não implica romantizar a precariedade, mas deslocar o foco das políticas públicas da erradicação para a melhoria incremental, do modelo exógeno para o diálogo com a cidade construída.

Neste sentido, retomamos investigações precursora como a de Raposo, para reativar o debate sobre os musseques colocando uma questão central para a prática urbana contemporânea: modernizar contra as populações ou modernizar com as populações, reconhecendo a sua história, saberes e práticas espaciais como parte integrante da cidade. Repensar o futuro urbano de Luanda exige, assim, uma mudança de paradigma, da cidade idealizada para a cidade real; da modernização contra as populações para a modernização com as populações, assumindo os musseques como territórios centrais da produção urbana e como base para a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e historicamente enraizada.

Referências

AMADO, Filipe (coord.). Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; GEOTPU, 2015.

AMARAL, Ilídio do. Luanda: Estudo de Geografia Urbana. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968.

AMARAL, Ilídio do. Luanda e os seus “muceques”: problemas de geografia urbana. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. VIII, n. 16, pp. 293–325, 1973.

BETTENCOURT, Andrea Carina de Almeida. Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: os musseques de Luanda. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). FAUTL, Lisboa, 2011.

BETTENCOURT, José de Sousa. “Subsídio para o estudo Sociológico da População de Luanda”, *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, nº 2(1), pp. 83-130, 1965.

BRAND, Peter; DÁVILA, Julio. Mobility innovation at the urban margins: Medellín's Metrocables. City, Londres, v. 15, n. 6, pp. 647–661, 2011.

BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento no novo milénio. *Estudo Prévio*, n. 19, pp. 45-55, 2021.

CAIN, Allan. Housing for whom? Rebuilding Angola's cities after conflict and who gets left behind. *Reframing the Urban Challenge in Africa*, London, Routledge, pp. 183-207, 2020.

CAIN, Allan. African urban fantasies: past lessons and emerging realities. *Environment and Urbanization*, Londres, 26(2), pp. 1–7. DOI: <https://doi.org/10.1177/0956247814526544>, 2014.

CAIN, Allan. Luanda's post-war land markets: reducing poverty by promoting inclusion. *Urban Forum*, 24(1), pp. 11–31. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12132-012-9173>, 2013.

CARVALHO, Fernão Simões de., “*Contribution à l'étude du renouvellement des groupes d'habitations des pêcheurs de l'Île de Luanda-Angola*,”. Paris, Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, December 15, 1965.

CORREIA, Maria Alice. O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno em Luanda (1950–1975). Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DAIO, Ilídio. Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda. Archidaily, <https://www.archdaily.com.br/br/936949>, 2020.

FERNANDES, Edésio. Regularization of informal settlements in Latin America. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

GAMEIRO, António Pereira. A problemática da habitação em Angola: os musseques e a requalificação urbana. Luanda: Ministério do Urbanismo e Construção, 2001.

GAMEIRO, António Pereira. Autoconstrução Dirigida. Development Workshop Angola, <https://dw.angonet.org/forum/antonio-gameiro-auto-construcao-dirigida/>, 2013.

GoA (Government of Angola). (2016a). *Angolan national report for habitat III*. Retrieved: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/Angola-Habitat-III-Final-Report-English.pdf>.

LOPO, Júlio de Castro. *Alguns aspectos dos musseques de Luanda*. Angola: Editorial Angola, LDA., 1948.

MILHEIRO, Ana Vaz; RODRIGUES, Inês Lima. “Neighbourhood Units” in colonial Africa: controlling the musseque through an urban model from the Global North. MILHEIRO (coord). *Colonial and Post-Colonial Landscapes II, Researchers' Book*. Lisbon, in edition.

MILHEIRO, Ana Vaz; MATOS SILVA, Leonor. Between the musseque and the Neighbourhood Unit. In: TORRENT, H. (ed.). *Modern Futures*. Santiago: Docomomo, pp. 490–495, 2024.

MINGAS, Ângela. Os signos espaciais dos musseques: interpretação do tecido urbano não acreditado do Catambor. Tese Doutorado, FAUL, 2024.



MONTEIRO, Ramiro. *A Família nos Musseques de Luanda Subsídios para o seu estudo*. Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola (F.A.S.T.A.), Angola, 1973.

PDGML. Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, 2015.

PERLMAN, Janice. *Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RAPOSO, Isabel. Há diferença, ali é cidade, aqui é subúrbio: urbanidade dos bairros e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (org.). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri, 2007, pp. 103–136.

RAPOSO, Isabel. Señales de Modernidad en la Arquitectura Popular de Luanda. In: PRADO, M.; NÚÑEZ, J. (ed.). *La modernidad ignorada: arquitectura moderna en Angola*. Madrid, Alcalá: 2011, pp. 175–192.

REAL, José Troufa. *The musseques of Luanda: housing in Angola – the new neighbourhood “Golfe I” (1972–1981)*. Óbidos: Sinapis, 2010.

REDINHA, José. *A habitação tradicional angolana*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

TURNER, John F. C. *Housing by People*. London: Marion Boyars, 1976.

UN-HABITAT, Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; “Sambizanga Peri-Urban Upgrading Programme”, Angola; in www.unhabitat.org,

UN-HABITAT. *Angola: a paradigmatic case of intervention*. Nairobi: UN-Habitat, 2010.

UN-HABITAT. *The state of African cities: re-imagining sustainable urban transitions*. Nairobi: UN-Habitat, 2014.